
059ª SESSÃO ORDINÁRIA – 28JUN2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Passamos à

PAUTA

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha no dia de hoje. Início utilizando o período de Bancada do PT, saudando nossos companheiros de bancada, Ver. Adeli Sell, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa, a qual tem uma posição muito clara com relação à política de saúde da nossa Cidade. Hoje pela manhã, numa atividade chamada pela Frente Parlamentar em Defesa do Hospital Parque Belém e da Comissão de Saúde, junto com vários colegas Vereadores, Ver. André Carús, Ver. Dr. Thiago, nós nos sentimos muito frustrados e indignados, e essa indignação se deu por vários motivos. A primeira, porque os Secretários Municipal e Estadual da Saúde não estavam presentes, como tinham prometido ontem que estariam, e nós fomos discutir a reabertura de um hospital que não é qualquer hospital, Ver. Cláudio Janta, é um hospital que tem 206 leitos fechados; é um hospital que tem 20 leitos de UTI fechados; é um hospital que tem tomógrafo, ecógrafo, uma infinidade de instrumentos de exames adquiridos com recurso público, que estão lá, parados, numa semana onde há sete hospitais com emergências fechadas! É proibido adoecer! São milhares de pessoas que jamais teriam condições de ter um plano de saúde. São pessoas, Ver. Cecchim, que utilizam o serviço público de saúde, o SUS, e estão indo às emergências e recebendo informação: “Está sem atendimento, está fechada”. Parece que as pessoas não podem adoecer ou, se

adoecendo, o Poder Público não tem sobre elas nenhuma responsabilidade! E o Governo vive dizendo que não tem dinheiro, mas onde é que está a corresponsabilidade de colocar esses serviços públicos funcionando? Onde é que está a ideia de manter, no mínimo, o que existia antes da contratualização desses serviços? Será que mudou tudo de um dia para outro, de um ano para outro? É como V. Exa. falou: nós vamos convocar o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Estadual para dizer o porquê de manter um hospital com 206 leitos fechados! E a Câmara e os Deputados não fazem nada! Os políticos não fazem nada! O Legislativo pauta o assunto e eles nem dão bola. Mas qual é a atribuição do Vereador, não é fiscalizar o serviço público e denunciar se preciso? E, mais do que isso, nós temos que fazer, nós temos que dizer que isso é mais que uma vergonha, são pessoas que estão perdendo a vida! É crime, como diz a Ver.^a Sofia, mas é mais que crime, são centenas de pessoas que perdem suas vidas! E a Câmara Municipal de Porto Alegre não faz nada, a gente fica impotente, indignado, revoltado! E não é por menos, por mais que façamos, nós andamos pela rua de cabeça erguida, diga-se de passagem, e nós falamos a verdade, porque nós somos apenas Vereadores e fiscalizadores do serviço público, mas que temos a mesma indignação que tem o cidadão de Porto Alegre, o cidadão brasileiro, que fica indignado com essa política desacreditada como está aí e que todos nós, todo dia, pautamos isso. Quem sabe, um dia, teremos condições de mudar tudo isso? Mas, infelizmente, hoje, nós ficamos muito frustrados. E não poderia de deixar de fazer esse registro em nome da nossa bancada, porque, por mais que nós lutemos, é uma morosidade espantosa. E o Governo Municipal é pior ainda, para decidir algo, demora meses! Eu posso pegar aqui um motivo: há três meses, o Secretário de Saúde nos confirmou, na Comissão de Saúde, que mandava um projeto para cá, estava mandando já com a concordância do núcleo central do Governo, para transformar as vagas de Auxiliar de Enfermagem, que não existe mais, para Técnico de Enfermagem, para poder chamar 70 novos servidores. Até agora, não chegou, pessoal, nós estamos em junho, está terminando, logo ali, o primeiro semestre, já entraremos no recesso, e os cidadãos estão lá na fila para serem atendidos, porque não tem o servidor, não tem médico em muitas unidades de saúde! Nós fizemos um clamor aqui nesta tribuna: Prefeito, Governador, Presidente, sei lá, essa partilha tripartite tem que continuar a atender os cidadãos que, hoje, morrem na fila esperando atendimento médico. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, cidadãos, cidadãs, servidores públicos de Porto Alegre aqui presentes. Hoje, em primeira Sessão de Pauta, nós temos um projeto que diz respeito à questão da fiscalização de tributos em Porto Alegre. Está aqui para a nossa avaliação um Projeto de Lei Complementar do Executivo para que seja incluído o art. 58-a na Lei Complementar nº 7 do aqui do Município, que institui, disciplina os tributos de competência do Município, estabelecendo multa pela falta de apresentação ou apresentação incompleta de documentos, livros e registros de instituições financeiras a que se refere o art. 5.º da Lei Complementar Nacional nº 105. Em boa hora, em bom momento, nós podemos discutir aqui, em primeira Sessão de Pauta, com a presença de tantos Agentes de Fiscalização do Município de Porto Alegre e Procuradores Municipais. Vejam o absurdo a que chegamos, apesar da legislação federal, os bancos, as instituições financeiras, que se acham acima da lei, que se acham deuses, que não precisam dar explicação para ninguém, obrigam-nos a legislar, para que uma lei federal seja aplicada em Porto Alegre, para que um agente municipal de fiscalização possa fazer uma checagem dos livros, dos documentos sobre as aplicações financeiras para verificar se estão pagando devidamente ou não os tributos. É por isso que falta dinheiro no cofre público do Município, do Estado e da União. Imaginem só, pelo volume de documentos de um banco, de instituições financeiras nacionais que têm agências em cada canto deste País, se em Porto Alegre, uma das principais cidades deste País, o Poder Público Municipal se obriga a fazer uma legislação para que um agente de fiscalização que fez concurso público – difícil, por sinal –, que tem fé pública, seja obrigado a se pautar por uma lei municipal para poder fazer a efetiva fiscalização.

Por isso sempre digo que o povo, muitas vezes, é embalado pelo senso comum, embalado pela grande mídia, que faz um papel destrutivo do serviço público em geral, muitas vezes coloca para a grande massa da população como se um procurador do Município, como se um agente de fiscalização, com alta capacitação técnica e profissional, fosse um marajá e que estive ali só para fazer a arrecadação e achacar o

empreendedor. Aqui, mais uma vez, com este projeto de lei, fica evidente que nós temos que defender o serviço público de qualidade, a qualificação dos servidores públicos, e, mais do que isso, temos que fazer valer a lei federal e vamos aprovar. Espero que a liderança do governo peça urgência urgentíssima assim que nós analisarmos, nos próximos dias, na Comissão de Constituição e Justiça, este projeto de lei, porque tem base legal, deve ser aprovado para que a verdadeira fiscalização seja feita, especialmente em relação às instituições financeiras.

Em boa hora nos apareceu aqui este projeto de lei para discussão, e tenho o privilégio de poder discutir com veteranos da fiscalização, com novatos da fiscalização, que são meus mestres e doutores na área da receita de tributos em Porto Alegre. Vai passar, vai valer! Porto Alegre vai fazer valer esta lei. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Memorando nº 006/17, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que solicita representar esta Casa no Grande Expediente Especial em homenagem à Igreja Assembleia de Deus, pela passagem do aniversário de 106 anos de sua fundação no Brasil e 93 anos no Rio Grande do Sul, na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, antes de entrar na pauta nacional que impacta e indigna todos nós, só queria deixar o registro de que hoje é o dia internacional do orgulho LGBT, justamente numa referência à rebelião que houve, como parte do processo das lutas democráticas iniciadas em maio de 1968, e que desembocaram, em 1969, numa resistência muito forte dos travestis e transexuais numa boate conhecida como Stonewall. Essa rebelião durou três dias. Começou numa resistência à violência que eles sofreram e, ao mesmo tempo, virou um marco internacional da luta LGBT por mais direitos, pela liberdade de orientação sexual, da luta pela liberdade do direito de amar. Então quero deixar esse registro. Embora essa data seja construída em 1969, ainda temos vários desafios. No nosso País, a cada 28 horas, um LGBT é assassinado por ter escolhido sua orientação sexual, somos o país campeão

de assassinatos a travestis e transexuais no mundo. É fundamental, por óbvio, garantir direitos, garantir o combate a todas as formas de preconceito, à LGBTfobia, e, por outro lado, garantir medidas protetivas que passam por uma educação inclusiva, pelo reconhecimento a todas as famílias.

Também quero usar esta tribuna para falar que infelizmente nós estamos numa situação extremamente grave da história do nosso País, extremamente grave, e esta Câmara não pode silenciar. Na segunda-feira, no final da tarde, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot fez a primeira denúncia diretamente do Presidente ilegítimo, Michel Temer. Essa denúncia é muito forte na medida em que coloca o primeiro Presidente da história do País como um presidente denunciado por crimes cometidos durante a sua administração. Mais grave que isso, porque esse crime diz respeito à corrupção passiva, ainda há a investigação por obstrução de justiça, no caso do silenciamento do Eduardo Cunha e também, por óbvio, a propina envolvendo a JBS e a Odebrecht.

E, mais grave que isso, é a resposta absurda do Temer, de tentar se defender e se perpetuar no cargo, por um lado, atacando Janot, e, por outro, falando frases absurdas, como colocando Deus na história. Na verdade, todos nós sabemos como Michel Temer foi parar na presidência da república, primeiro numa aliança com a Dilma, e, depois, num golpe parlamentar que conduziu esse Presidente ilegítimo e impopular à presidência da república, numa agenda de retirada de direitos dos trabalhadores, pela reforma da previdência, que é um ataque brutal e que fará com que boa parte dos trabalhadores não possa acessar a aposentadoria integral em vida; e, por outro lado, pela reforma trabalhista, que segue tramitando a toque de caixa no Senado Federal. Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça quer votar o parecer da reforma trabalhista para, na semana que vem, o Eunício Oliveira – aliado histórico de Michel Temer – levar a plenário uma reforma que rasga a CLT e que é um ataque brutal aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

É fato que, diante de todas essas denúncias, contra um governo que não para de pé diante de toda a podridão, a comprovação da frase clássica de que nenhum governo cai de podre sozinho, lamentavelmente é vista por todos os brasileiros. Porque nós estamos vendo uma indignação generalizada, mas, ao mesmo tempo, estamos vivendo a necessidade de fortalecer a luta da população contra essa bandalheira, contra essa

corrupção para que a gente possa derrotar o Temer, garantir eleições diretas e, ao mesmo tempo, barrar essas reformas neoliberais que tramitam no Congresso Nacional. Nesse sentido, o dia 30, sexta-feira, tem um papel fundamental, pois foi a data construída pelas centrais para fazer uma nova greve geral, como a que foi vista no dia 28 de abril, com uma ampla mobilização, maior greve geral de classe trabalhadora brasileira em duas décadas, que mostrou a dimensão da luta do povo, e, ao mesmo, tempo, obviamente, assustou o andar de cima. E como parte dessa agenda, o 24 de maio, em Brasília, foi fundamental, com milhares de pessoas lá, o dia 30 havia sido votado como uma data consensual... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...das centrais para uma nova greve geral. Infelizmente, algumas direções burocráticas puxaram o freio de mão e não estão construindo tanto no movimento de base, tanto dentro das categorias, como no povo, o fortalecimento e uma greve que possa ser superior a greve feita no 28 de abril. Independentemente disso, nós seguiremos lutando em todos os lugares para que dia 30 haja uma mobilização forte. Mas muito mais do isso, para que o povo transforme essa indignação com esse Governo corrupto, ilegítimo e podre em capacidade de mobilização, para que a gente possa, de fato, derrotar as reformas e ao mesmo tempo construir um caminho em que o povo seja chamado a participar, de democracia, de eleições diretas, e que a gente possa, portanto, garantir que o povo possa participar nesse processo, garantindo democracia real... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. É o seguinte, gente, eu venho reiterar que a política, na verdade, é um ato de coragem. Eu estava falando ali com o nosso parceiro do Sindicâmara sobre isso. Lamentavelmente nós vivemos um momento em que as pessoas olham para a política, e principalmente a imprensa – e eu quero que a imprensa pelo menos escute a justificativa para não expor mais a Câmara de Vereadores como faz de forma gratuita. Pelo menos escute a

justificativa, porque o que estava se discutindo na semana retrasada é quem quer corte de altos salários e quem quer corte de baixos salários. Como se houvesse aqui algum Vereador, Ver. Roberto, que defendesse um setor só ou outro. E eu acho que essa não é a discussão correta. Antes disso, eu falei na segunda-feira, tem que se discutir serviços públicos com qualidade. Porque eu não vejo ninguém discutindo o teto salarial para jogador de futebol, por exemplo, e eu acho que deveria ter, porque o indivíduo ganha R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões por mês. Eu não vejo ninguém discutir teto salarial para diretor da RBS, da Zero Hora. Vejo os radialistas da Guaíba, da Gaúcha, ganhando mal, mas não vejo diretor da RBS colocar projeto aqui para se discutir teto salarial, o que eu também acho que tinha que ter, porque é concessão pública. Ou alguém tem dúvida de que imprensa é concessão pública? Não estou querendo tirar a liberdade, cada um defende o que quiser, no entanto ninguém pauta salários deste tipo, ninguém pauta salários da imprensa, dos grandes meios de comunicação, ninguém pauta salários de grandes jogadores de futebol, de grandes clubes, que também dão grandes financiamentos para a imprensa. E aí, discutir a questão da Fazenda, por exemplo, e aqui eu quero reiterar o que dizia ontem, em reunião com o Paim: é uma questão de coragem, porque amanhã vai aparecer aqui quem está indo contra o povo, quando na verdade a lógica é inversa. Eu quero dizer aos meus amigos, tenho grandes amigos da Guarda Municipal, e, falando com um deles, me dizia que ganhava R\$ 2,5 mil para trabalhar, Ver. Cecchim. Nós temos que discutir como essas pessoas podem ganhar bem, não como puxamos o barco para baixo. Queria que um cara da limpeza ganhasse bem, um professor ganhasse bem. E, no Município, ainda é um dos melhores salários. Outra coisa que confesso aqui, discuto e falo abertamente: inúmeras vezes votei contra o salário dos Vereadores por mero constrangimento público. Sabem por que votei contra? Por que sou contra o autoajuste de salários, por princípio. Quero falar aqui que o Ver. Cassio me cobrou sobre isso, inclusive. Não que eu ache que a gente ganha milhões, um Vereador aqui ganha, limpo, R\$ 8,5 mil para ser Vereador de uma Cidade de 2 milhões de habitantes.

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. RODRIGO MARONI: Tem que mudar. Obviamente, tínhamos que discutir. Ver. Dr. Thiago, depois V. Exa. se inscreve e fala, não adianta dar de gritão, de coleguinha, pois tu

não és de jardim A ou jardim B, tu não estás no maternal. Te comporta, cara! Quero dizer o seguinte...

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. RODRIGO MARONI: Não grita, tu não podes gritar. Se tu queres aparecer, sobe aqui. Então não grita! Vou dizer o seguinte: eu acho que hoje nós temos que fazer uma discussão sincera com relação a isso. É óbvio que num País que tem fome R\$ 30 mil é um salário alto. Eu estava aqui falando com um servidor do Sindicâmara para falar. Assim como é óbvio que o salário de Vereador é alto para um País que tem fome, onde têm pessoas ganhando R\$ 1 mil. Mas nós temos que discutir e pautar para cima, Thiago – tu que foste meu colega de História na faculdade, nós discutíamos questões sociais do serviço público (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Thiago, tu não conseguiste ser Secretário da Saúde no grito, tu não vais conseguir, entendeu? Teu sonho não foi realizado por nenhum Prefeito, não vai ser no grito que tu vais trancar a minha fala. Então, quero dizer o seguinte: não, eu queria só respeito, acho que é importante ter respeito. É, talvez seja do Marchezan, talvez quando o Onyx Lorenzoni for Prefeito, daí ele vai ser Secretário da Saúde. Eu quero dizer o seguinte, gente, nós temos que discutir aqui a questão fundamental, que, se vir ao plenário para votação essa questão, até porque eu estava vendo que não é a maioria que ganha. O salário é alto, mas não é a maioria. Eles estavam me falando em dez funcionários aqui na Câmara; e lá, na Fazenda, 15 ou 20. Esta é a questão do teto, que eu estava falando com o pessoal do Sindicâmara. Então, eu acho superjusta essa discussão, acho que tem que ser feita e de forma sincera e não pautada pela imprensa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, está um dia bonito, com as galerias lotadas. E mais bonito ainda porque eu quero fazer um elogio

e dar um viva hoje ao diálogo. E digo por que: eu quero cumprimentar o Prefeito Marchezan, quero cumprimentar o Secretário Busatto, quero cumprimentar o Líder do Governo, que junto com a Câmara de Vereadores, conseguimos uma grande saída para uma categoria importante da Prefeitura, que são todos aqueles que fazem o trabalho diferenciado. Hoje é um dia importante. Hoje nós não vamos vetar a quem ganha bem; não vamos vetar, não! Houve um entendimento que, se for por meritocracia, por merecimento, se pode e se deve ganhar bem, pelo menos o merecido e justo. Queria, Ver. Moisés Maluco do Bem, fazer esse meu reconhecimento ao Governo Municipal, que conseguiu fazer o meu voto e o voto do Ver. Robaina irem na mesma direção. Eu acho que isso tem que ser comemorado por todos nós. Nós não podemos parar a máquina que ajuda a arrecadar os recursos para pagar a máquina toda do Município. Se eu parar a produção na minha empresa, eu não tenho nem como pagar os impostos, nem como pagar os funcionários, nem como pagar Fundo de Garantia, não! Eu tenho que fazer a máquina que produz, produzir, de preferência produzir mais, e usar o profissionalismo, usar a competência desses profissionais, que é o caso de vocês e de muitos que estão trabalhando lá, para fazer com que a arrecadação municipal continue... Aliás, eu não estou arrependido de ter ajudado no ano passado, porque os resultados apareceram, a arrecadação aumentou. Mesmo na crise, a arrecadação aumentou; baixaram os repasses, mas aquilo que competia aos funcionários, às pessoas que trabalham na Prefeitura para arrecadar, isso funcionou. Então, daqui, este reconhecimento ao Prefeito, ao Secretário Busatto, ao Líder e ao Vice-Líder do Governo, a todos que trabalharam para fazer, primeiro, os Vereadores entenderem, e, segundo, o Prefeito e os Secretários entenderem, todos aqueles que participaram dessa conversa, desse convencimento, desse acerto de fazer o acordo pelo diálogo. Eu quero dar um viva a todos nós, Vereadores, profissionais, Prefeitura e quem a governa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. André Carús: É importante registrar, em cima do que colocou aqui o Ver. Rodrigo Maroni, que a nossa Câmara Municipal, pelas diversas modificações do seu mecanismo de gestão, é a segunda Câmara que menos gasta no Brasil. Então não serão episódios pontuais que vão retirar essa conquista importante e que nos dá a responsabilidade da sua gestão e o trabalho que vem sendo feito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço, Ver. André Carús. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Subo a esta tribuna, primeiro, para dar uma palavra sobre a nossa instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Hospital Parque Belém. Eu solicito aqui, Presidente, desta tribuna, documento que nós vamos protocolar depois, a solicitação de convocação do Secretário Municipal de Saúde para que ele possa, de público, dizer o que significa essa postagem no Facebook – ele deveria ter ido explicar hoje no Hospital Parque Belém. Então nós queremos acompanhar o processo, queremos saber a modelagem, queremos que esse processo tenha ampla transparência quanto à questão do Hospital Parque Belém.

Segundo, eu vou na mesma linha do Ver. Idenir Cecchim. Eu quero cumprimentar aqui o Líder do Governo pelo exaustivo trabalho, cumprimentar o Secretário Busatto, o Vice-Prefeito, Gustavo Paim – ainda ontem, estivemos com ele aqui na Câmara –, e o Prefeito Marchezan. Essa ação de entendimento, sem dúvida nenhuma, faz muito bem à Prefeitura e faz muito bem à Cidade. Estão de parabéns! Quero reiterar, mais uma vez, o que eu venho fazendo ao longo desses dias para algum Vereador que inadvertidamente não entendeu o que está escrito, que não há aumento para os servidores. Não há aumento! Os servidores recebiam isso em fevereiro. Se nós não atuarmos a partir da derrubada do veto, nós vamos ter, em Porto Alegre, um sistema com cinco tetos diferenciados, um sistema injusto e que, sem dúvida nenhuma, é antieconômico. Então, eu saúdo que o Prefeito não caminha por essa linha do falar é fácil, como o Ver. Rodrigo Maroni tentou fazer aqui na tribuna, não caminha por essa linha. É muito fácil, às vezes, a gente falar algumas coisas desta tribuna, nós temos que falar diferente. Nós não podemos usar de demagogia, nós não devemos fazer isso, o Brasil não quer que se faça isso. Se, eventualmente, algum parlamentar, alguém da sociedade acha que recebe muito e que deve fazer doação, deve fazê-lo de boca fechada. Todos nós aqui fazemos doação, não precisamos dar publicidade; se der publicidade é demagogia! Ver. Idenir Cecchim, se der publicidade à doação é demagogia com o dinheiro público. Então, nós queremos dizer em alto e bom tom: não à demagogia! Pode doar? Pode é dinheiro seu! Quantas vezes, Ver. Idenir Cecchim, já o vi doando pra entidades filantrópicas e V. Exa. nunca esteve aqui na

tribuna dizendo que doava. Perde o mérito quem faz isso! Na minha opinião, perde o mérito quem faz isso. Eu acho que, a partir do entendimento, a partir desses atores – Secretário Municipal da Fazenda, Líder do Governo, Vice-Prefeito Paim, Prefeito Marchezan – a Cidade passa a ter um novo diálogo com a Câmara municipal. Um diálogo claro, um diálogo consistente, um diálogo justo, um diálogo honesto, e espero que isso permeie as relações daqui para frente. Saudamos isso, queremos dizer em alto e bom tom, Ver. Cláudio Janta, V. Exa. foi o capitão desse processo, no qual todo o nosso bloco esteve junto e que, sem dúvida nenhuma, acho que quem ganha não são os servidores, é a Prefeitura da Cidade e é a cidade de Porto Alegre em seu todo. Muito obrigado.

(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje; Vereadoras e Vereadores, eu gostaria de, antes de começar a minha fala, e falo em nome da Liderança do meu partido, o PSOL, fazer um pequeno contraponto à fala feita anteriormente pelo Ver. Dr. Thiago. Vereador, como homens e mulheres com funções públicas, as nossas funções são, de certa forma, acompanhadas pela sociedade; então, nós precisamos, sim, prestar esclarecimentos dos nossos atos. Se nós fazemos voluntariamente uma doação, por que não divulgá-la? Faz parte do projeto político o engajamento de cada Vereador ou Vereadora desta Casa, portanto, eu não acredito que seja demagógica a manifestação e a divulgação das doações e das ações que os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa têm na sua atuação. Faz parte do trabalho parlamentar e do engajamento que cada um tem. Portanto, acredito que ser contra o aumento para os Vereadores faz parte do jogo, nós temos uma função política e o nosso posicionamento deve ser explicitado, e aqueles que são favoráveis, que também tenham a sua posição, justifiquem e usem os seus argumentos. Mas nós precisamos esclarecer à população a nossa posição e a nossa defesa. Estamos aí, com a ampla divulgação dos nossos atos e sugiro que todos os Vereadores também

utilizem as redes sociais, os veículos de comunicação para divulgar a sua linha, o seu pensamento e as suas ações. Não acredito que isso seja demagogia.

No mais, gostaria de fazer um breve relato aos Vereadores e Vereadoras das demais Comissões. Tivemos, ontem à tarde, uma reunião da CEDECONDH, e o assunto em pauta foi a rede municipal de educação infantil da nossa Cidade. Eu tenho acompanhado, desde o início do ano, um problema grave, que já estava acenando, que é a falta de RH nas nossas escolas. Porém, como sou concursado do Município na rede de educação fundamental, vinha acompanhando com mais carinho e detalhe a situação das nossas EMEFs, mas recebemos uma denúncia de um grupo de mães de uma escola lá da Lomba do Pinheiro, de educação infantil, de que o problema é tão grave quanto das nossas escolas de educação fundamental e, por conta disso, pedimos uma reunião específica para tratar desse tema. O Vereador-Presidente Cassiá Carpes acolheu a nossa sugestão, a nossa demanda, e fizemos ontem um debate importantíssimo. É estarrecedora a realidade em que algumas das nossas escolas de educação infantil estão sendo obrigadas a trabalhar por essa gestão. Nós não tivemos sequer um chamamento de concursado este ano, e todos os anos a Prefeitura chama novos profissionais justamente para atender a demanda das aposentadorias, dos pedidos de exoneração... E neste ano nós não temos sequer um chamamento. Não existe quadro de funcionários para atender as nossas crianças pequenas na sua integralidade. A Escola Maria Marques Fernandes, cujas mães vieram ontem até a nossa reunião, e o diretor também veio para prestar esclarecimentos, demonstraram categoricamente que é impossível – impossível! –, por falta de material humano, atender as crianças pelo período que é determinado, que seria até às 19h. O diretor colocou que, em virtude da falta de RH, ele tem que liberar algumas turmas às 13h, ou seja, 6h antes do final do dia letivo, e outras crianças são liberadas às 16h. E na impossibilidade de alguns pais e mães buscarem as crianças nesses horários, porque muitos trabalham, os professores e principalmente a equipe diretiva tem que permanecer com os remanescentes sem orientação, sem trabalho pedagógico, simplesmente para liberar as crianças quando os responsáveis forem buscá-los – uma situação calamitosa. Por conta dessa redução do turno de atendimento, as crianças estão indo para casa sem a última refeição, sem a janta... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...O fato posto que conta com agravante é que muitas dessas escolas atendem uma

população de alta vulnerabilidade social, muita carência em recursos; portanto, a escola é uma referência não apenas educacional e pedagógica, mas também uma referência em termos de alimentação, e isso, sim, está trazendo dificuldades para essas famílias. Nós precisamos que a Prefeitura desta Cidade se sensibilize com a situação em que essas crianças se encontram. Nós precisamos dar atendimento. Eu destaco a fala brilhante da Ver. Comandante Nádia, que alertou que, sem esse atendimento, as mães ficam impedidas de procurar seus postos de trabalho ou uma ocupação, o que inviabiliza essa mão de obra no mercado de trabalho formal. Isso é lamentável. O que o Prefeito está fazendo com a nossa Cidade é criminoso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pelas galerias, Auditores da Fazenda, Procuradores do Município, técnicos, engenheiros – vejo aqui dois queridos amigos, engenheiro Valter e engenheiro Colombo –, que nos acompanham, que aguardam a Ordem do Dia para que possamos discutir e enfrentar o Veto do Prefeito que diz respeito ao teto dos servidores.

Neste momento, o que me traz à tribuna em Liderança é justamente debater, na verdade, esclarecer questões que foram colocadas ontem, no editorial da Zero Hora, em relação, Líder do Governo, à iluminação pública. O título do texto era: Cidade às escuras. E, de certa forma, o texto responsabilizava a gestão anterior; aliás, tem sido repetidamente culpa do ex-Prefeito Fortunati, que tem usado a imprensa seguidamente para justificar. Olha, no que diz respeito à iluminação pública, lembro aos colegas que há uma taxa, um recurso, um fundo e que não ficaram dívidas com fornecedores – foram pagos –, houve apenas o uso do recurso do fundo para pagamentos de contas, após a aprovação de uma legislação, aqui, que criou o caixa único. Mas o fundo tem arrecadado, mensalmente, em torno de R\$ 4 milhões e deve gastar na ordem de R\$ 2 milhões para manutenção e para o custo, porque a CEEE já desconta e deposita no fundo. O que significa que tem ficado, no caixa, mais de R\$ 1,5 milhão, quase R\$ 2 milhões para comprar lâmpadas! Para deixar a Cidade às escuras! Então, meus amigos, eu não posso deixar de vir a esta tribuna,

também encaminhei para o jornal Zero Hora uma resposta, porque não há motivos, há falta de querer resolver! De querer garantir o serviço que era tido, no nosso Governo, como um dos serviços mais bem avaliados pela sociedade, pois fizemos investimentos na ordem de R\$ 60 milhões, que eram postes de iluminação em mais de 140 praças e parques da Cidade. Iniciamos o processo de substituição de lâmpadas de vapor de sódio existente na Cidade por iluminação a LED, trazendo o que há de mais inovador e tecnológico, garantindo luminárias de altíssima capacidade de inovação na Cidade.

Então quero, mais uma vez, frisar: já se passaram seis meses de Governo, o Governo tem que assumir. O Governo tem que assumir as suas posições! Se nós ficarmos aqui naquele mimimi, dizendo que a culpa é do governo passado, eu vou voltar a esta tribuna para ter que explicar à população que não é bem assim! Se há lâmpadas apagadas na Cidade, e me diziam alguns servidores que, inclusive, há falta de lâmpadas, isso é, pura e exclusivamente, falta de querer – eu vou chamar assim, para não chamar de outra coisa. Vou dizer que é a falta de querer resolver; de querer garantir que o serviço que poderia ser considerado de excelência na Cidade diminuiu, porque falta a vontade de querer fazer. Foi dito também, na matéria, que o Município está já fazendo o início de uma Parceria Público-Privada. Aliás, quero saudar, acho importante, vários Municípios estão fazendo, mas é algo que teve início em 2016. Abrimos edital, abrimos a manifestação de interesse, houve a apresentação de sete consórcios nesse edital, enfim, o Governo levou adiante, está fazendo outro, mas essa tem sido uma bela discussão para que nós possamos garantir à população uma iluminação de qualidade, que seja eficiente, que garanta benefícios nessa área, e mais, que traga aquela sensação de mais segurança que uma iluminação pública bem executada traz. Então, quero aqui, toda vez que for necessário, voltar a esta tribuna para esclarecer fatos que estão sendo colocados à imprensa trazendo ao nosso Governo a responsabilidade de coisa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadoras e Vereadores, quero iniciar falando sobre a questão do Hospital Parque Belém. Na verdade – foi mostrada aqui uma reportagem –, há um interesse contínuo do Governo do Estado, do Governo Municipal e, com certeza, do Governo Federal, que esse hospital reabra na cidade de Porto Alegre. Nossa Cidade é a única, que se tem conhecimento, que fecha hospitais no Brasil. Fechou os hospitais Lazzarotto, Independência, Petrópolis, fechou uma série de hospitais na cidade de Porto Alegre. E não é a política deste Governo. Agora também não é política deste Governo entregar dinheiro para gestão malfeita dentro de hospital. Enquanto a gestão atual no Hospital Parque Belém estiver lá, o Governo – assim como o Governo do Estado e da União – não vai colocar R\$ 1,00 lá dentro. Desde 2015, o Governo Municipal não tem convênio com o Hospital Parque Belém. Se a abertura imediata desses 200 e poucos leitos, dos 20 leitos de UTI, resolvessem o problema de saúde de Porto Alegre, eu tenho certeza que a própria União faria essa intervenção imediata. O problema do Hospital Parque Belém, que eu, aqui quando cheguei, encampeei essa causa e continuo encampando até hoje, desde que haja uma alteração na gestão. Enquanto estiver esta gestão do Hospital Parque Belém, eu sou um defensor de que não tenha um dinheiro público naquele hospital! Com a gestão atual, ele está fadado a ficar como está, Ver. Aldacir Oliboni, porque a gestão está preocupada em alugar o hospital para fazer filme, alugar o hospital para fazer minissérie! A gestão atual do hospital não está preocupada em atender a população de Porto Alegre. Nunca esteve, diga-se de passagem, preocupada em atender a população de Porto Alegre! Se estivesse, Ver. Dr. Thiago, daria a concessão da gestão do hospital para pessoas que quisessem.

(Aparte antirregimental.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Não assina, e na hora de assinar... Quando o Secretário João Gabbardo, da Secretaria Estadual de Saúde, e o Secretário Erno Hazheim, da secretaria Municipal de Saúde, falam isso nas redes sociais, é porque já era para ter assinado! Quando ele viu que esta Casa dava uma esperança de ele conseguir ter o dinheiro público novamente para o hospital, ele disse para as pessoas que iria assinar na semana que vem, na expectativa de que esta Casa referendasse a tentativa de acordo que ele

vem tentando fazer com o Município. E o Município fará se houver gestão. Se houver nova gestão, o Município com certeza fará com os novos gestores, abrindo leitos, abrindo a UTI, entregando aquele hospital para população de Porto Alegre, porque é necessário. E agora ele deve saber também, se ele é um bom gestor, que, se o hospital ficar fechado por 90 dias, vai acontecer como aconteceu com uma dezena de hospitais do Estado, não vai conseguir abrir mais. Então, ele tem que passar a gestão daquele hospital, porque, na mão dele, não tem mais condições.

Outra questão, nós não estamos aqui de mimimi, nós não estamos aqui fazendo guerra nenhuma de Governo; nós estamos com fatos concretos. Nós pegamos todos os fundos da Prefeitura zerados, inclusive o fundo de iluminação. Todos foram para o caixa único do Governo, e não se reconstitui um fundo da noite para o dia! As pessoas têm que voltar a ter credibilidade nos fundos, porque as pessoas botaram o dinheiro nos fundos e esses fundos, que eram da criança, do idoso, do adolescente, da iluminação, da habitação, foram todos para o caixa único do Governo.

Então, nós estamos fazendo o nosso papel, com seriedade, com transparência, falando para a população o que temos que falar: se somos os fiscalizadores de serviços públicos, também somos fiscalizadores do dinheiro público, aonde vai esse dinheiro e de que forma é gasto esse dinheiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que solicita o desarquivamento do PLL nº 130/16.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, em nome da Frente Parlamentar Pró-Reabertura do Hospital Parque Belém, estamos lhe entregando Requerimento solicitando a convocação do Secretário da Saúde para que explique essa nova modelagem e possa nos dar luz ao que está tratando.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Dr. Thiago, a Diretoria vai providenciar o protocolo.

(15h20min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 040/16, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a pedido do Prefeito Municipal Nelson Marchezan, da Administração Municipal, nós vimos aqui hoje encaminhar aos Pares, em função de projetos que foram protocolados hoje, nesta Casa, que mexem na Secretaria da Fazenda, na sua estrutura, principalmente na GAT e no Ingresso na Secretaria da Fazenda, a rejeição do Veto do Sr. Prefeito Municipal. Em nome do Executivo, pedimos a todos os Pares que votem pela rejeição deste Veto. Muito obrigado. Seria isso que o Governo tem para falar no momento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde a todos, eu acho que este debate impõe e demonstra, de modo claro, a necessidade da Câmara de Vereadores e da sociedade gaúcha, de modo geral, fazerem um debate sério sobre a estrutura do Estado e sobre a relação dos governantes e dos políticos com os servidores públicos municipais. Nesta Casa eu tenho debatido muito que um dos desafios que está posto para a Câmara de Vereadores é a defesa da valorização do serviço público. (Palmas.) E a valorização implica necessariamente, em primeiro lugar, o respeito e o direito dos funcionários públicos, dos operários, dos trabalhadores com a remuneração mais baixa, remuneração, muitas vezes, aviltante, que pessoas que trabalham no Município de Porto Alegre estão recebendo. Ataques absurdos que nós vemos no Município de Porto Alegre contra categorias profissionais fundamentais, como é o caso dos professores municipais, que, até hoje, são vítimas de uma mudança absolutamente arbitrária da Secretaria de Educação e que atrapalha o funcionamento das escolas da cidade de Porto Alegre.

No caso específico envolvendo procuradores e auditores, felizmente essas categorias conseguiram fazer com que a sua força, a força do seu trabalho e da sua inteligência tenham se imposto no debate público da Câmara Municipal. Porque a proposta e a lógica inicial do Governo Marchezan – que eu acho que é a lógica a continua no Governo Marchezan – é uma lógica de desmonte do serviço público. É um desmonte tão pesado, é um tipo de pensamento tão reacionário que chega a ponto de tentar reeditar um discurso que fez muito mal para o País, que é o discurso de que esse é o governo que vai combater os marajás. Nós conhecemos o resultado desse discurso, cujo autor é Fernando Collor de Mello. Nós temos uma política de desrespeito aos auditores, por exemplo, de não valorizar o trabalho dos auditores, traz como resultado a redução da receita do Município de Porto Alegre.

E o Governo Marchezan precisa começar a discutir não simplesmente onde corta na despesa. E nós temos visto que as despesas que têm sido cortadas, em geral, são dos serviços da população mais necessitada. O Governo Marchezan não discute, em nenhum momento, uma política real de aumento da receita da cidade de Porto Alegre. E para aumentar a receita da cidade de Porto Alegre é preciso ter o trabalho qualificado dos auditores, mas é preciso levar a proposta concreta para os auditores poderem, por exemplo, fazer a atualização do valor venal dos imóveis, que desde 92 não é atualizado. Evidentemente que na atualização do valor venal dos imóveis tem que ser uma atualização que implique, necessariamente, uma tabela progressiva. É lógico que uma atualização do valor venal dos imóveis, pura e simplesmente, significaria uma carga tributária absurda. Mas se essa atualização for feita com o IPTU progressivo, pode-se fazer com que os verdadeiros milionários aumentem a carga tributária para garantir uma receita maior capaz de melhorar os serviços públicos e capaz de garantir o pagamento da folha dos servidores públicos. Eu acho que esse debate, um recuo evidente do Governo, tem que servir como lição, uma lição para que a Câmara de Vereadores não aceite a ideia de que... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Obrigado, Presidente Valter. Que a Câmara de Vereadores não aceite a ideia de que, em relação aos serviços públicos, a lógica deve ser de ajuste e ajuste. A Câmara de Vereadores tem esse papel de fazer uma discussão que impeça que a lógica neoliberal e reacionária que trata os servidores públicos como responsáveis pela crise é uma lógica que precisa ser derrotada, para que nós tenhamos

efetivamente um estado capaz de garantir melhoria para a vida das pessoas. Caso contrário, isso é muito grave, a lógica do desmonte poderia fazer com que o Governo pensasse que poderia arrecadar mais e ter mais receita fazendo consultorias privadas. Em defesa, portanto, do serviço público, é que eu acho que essa votação deve ser orientada. Portanto parabéns àqueles que insistiram nessa tese. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. MAURO ZACHER: Meus amigos, quero lembrar aqui neste plenário, antes de entrar no mérito, que nós iremos votar um veto parcial de um projeto do Executivo que foi enviado a esta Casa e que tinha como objetivo pagar 70% do subsídio dos Secretários que são cedidos, e esta Casa então aprovou. Cabe ressaltar que esses Secretários que vêm do Estado já estão ganhando 70% e estão ganhando mais o ressarcimento do Estado, porque o Município paga o ressarcimento para o Estado mais 70%. No debate deste projeto, onde foi aprovado, Ver. Pujol, foi apresentada, por vários Vereadores, uma emenda onde, resumidamente, colocamos aquele projeto que apresentei no final de 2016, que era igualar o teto dos servidores do Município aos servidores do Estado. Quero lembrar isso, estamos aqui discutindo um veto parcial, e aí o Governo teve extrema coerência, Ver. Moisés Maluco do Bem, ora, para aqueles não teriam teto do Prefeito, aqueles já estão recebendo acima do teto do Prefeito. E o Governo reconhece, quero aqui reconhecer também que o Governo teve uma medida muito bem pensada, e os servidores que conquistaram suas carreiras, e não é apenas a Fazenda, pode ser a grande maioria, mas os procuradores, alguns engenheiros, como aqui já citei, e outras carreiras conquistaram porque lá estão há muitos e muitos anos, e conquistaram porque esta Casa aqui, num passado muito recente, reconheceu a necessidade de elevar as carreiras. E quando vejo esses auditores, muitos antigos na Casa, já de cabeças brancas, mas vejo uma garotada de procuradores e auditores que estabeleceram aqui no Município, sem nenhum tipo de preconceito, pelo contrário, já fizeram muito por esta Cidade, aqui decidiram fazer suas carreiras. Decidiram não disputar vagas no Governo do Estado, que

são carreiras muito bem remuneradas, mas decidiram fazer carreira aqui no Município. E que bom, porque essa juventude com experiência tem permitido que Porto Alegre seja uma referência no enfrentamento desta crise que estamos enfrentando, já há alguns anos, no Município. É bom lembrar que, desde 2014, o Município perde em torno de R\$ 200 milhões em arrecadação, fruto de repasses da União e do Estado. E aqui a arrecadação do Município tem sido crescente. E qual é a mágica, Juarez? Não tem mágica, tem trabalho, tem competência, (Palmas.) tem dedicação, tem a pura e mais clara convicção da sua carreira, do seu compromisso público com sua carreira. É por isso, meus amigos, que eu não tive nenhum receio de enfrentar a opinião pública, lá em dezembro, quando apresentei o projeto; não tenho o menor receio de enfrentar novamente a opinião pública. O que nós estamos votando aqui não são os altos salários, é o reconhecimento a uma carreira que tem feito por merecer, com carreiras que dedicaram ao Município e que têm sido, para nós, referência para o País. Por isso, não tenho a menor dúvida que esta Câmara irá derrubar esse Veto Parcial. E, mais uma vez aqui, reconheço que o Governo volta atrás nesse assunto, e a Cidade voltará ganhando. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, eu falei já no período de Liderança, mas não custa reafirmar aqui a sensibilidade que houve por parte do Governo. Ontem, para quem não sabe, o Ver. Janta, junto a sua assessoria, André, o Negão, todos os parceiros aqui do gabinete, chamaram junto ao Vice-Prefeito, que teve, Ver. Wambert, a sensibilidade de chamar para a reunião com a base do Governo e, depois, com o bloco independente. Esse foi um movimento muito importante. Porque, como eu falei aqui pessoalmente não é porque a gente é Vereador, não é Wambert, que a gente precisa saber tudo a fundo. Nem a Pauta é a questão da Fazenda, apesar de eu estar falando ali com o Felipe, que foi meu colega de faculdade, que nos outros anos a gente tem votado com a Fazenda, e eu acho que foi um papel muito importante, no Governo Fortunati também, no ano passado. E uma das coisas que foi determinante foi esta conversa por parte do Paim, explicando o quanto

importante é a valorização de quem trabalha, a meritocracia, por isso eu fui consultar para saber os números com o pessoal do Sindicâmara, para que o indivíduo seja valorizado conforme o seu trabalho. E os números provam que a Fazenda é destaque no País todo, eles estavam dizendo que estão nos primeiros lugares nos *rankings* de arrecadação de impostos – IPTU e outros do Município – e que gerariam, por baixo, R\$ 400 milhões. A conversa com o Jacson também foi fundamental, pois ele me contou que fez a opção de não ter assumido quando fez o concurso para o Governo Federal, acho isso importante, gente. A gente também tem que falar da importância do papel do Governo, o Paim ter vindo aqui junto ao Janta para fazer essa discussão, para esclarecer, para justificar, porque a gente, até semana passada, inclusive, estava com dúvida se passaria – na segunda-feira, foi retirado o projeto, Ver. Wambert, porque estava todo mundo com dúvida se passaria. Eu acho importante valorizar esses trabalhadores da Fazenda, porque eles têm um papel de destaque no País.

Por final, queria dizer ao colega que eu tenho um enorme carinho, inclusive fiz um deboche aqui, mas com carinho, o Ver. Dr. Thiago, que sei que tem um trabalho muito sério na saúde, inclusive, inúmeras pessoas que salvam animais já me disseram que tu ajudaste muito as suas famílias, ajudaste, atendeste. Acho que é papel do Vereador, sim, tentar fazer um esforço máximo; eu, pessoalmente, faço isso pelos animais. Quando falaste aqui sobre doação, é uma opção minha doar parte do meu salário ou até muito mais, na verdade, do que parte do meu salário. Muitas vezes, eu fico com meu salário todo comprometido por conta da ausência de políticas públicas. Tem gente que vai dizer que é demagogia, tem gente que vai dizer que é assistencialismo, mas eu, pessoalmente, acho que qualquer iniciativa em que se cria uma referência, como a do Ver. Matheus, por exemplo, que fez um trabalho, perante toda a Câmara, de arrecadação de roupas para o pessoal das ilhas, eu acho que isso gera uma referência boa. O cara colocar a própria pele, o próprio dinheiro, o próprio salário, o próprio tempo, trabalhar de madrugada, trabalhar nos finais de semana, de noite, é uma opção de cada um. Eu vi vários aqui, vi que o Mendes estava participando, o Moisés, o Felipe, o Mauro Pinheiro, parece que agora chegou no Cecchim; talvez eu não vá ser tão bom para arrecadar as roupas quando chegar para mim, porque eu sou melhor em atender animais, mas eu vi que vocês arrecadaram toneladas. Eu também quero fazer essa saudação à tua iniciativa. Ver. Dr. Thiago, pela tua profissão, tu atendes milhares de pessoas lá, e eu, que sei que tu és

muito competente, não poderia deixar de falar. Eu fico feliz de nós termos hoje uma unidade aqui para votar essa derrubada do veto, talvez com poucos votos, vamos garantir que haja uma vitória da Fazenda, uma vitória do Município de Porto Alegre – isso é importante! –, uma vitória de um dinheiro que vai vir para o Município e para quem defende o serviço público de qualidade. Eu espero que amanhã saia na imprensa isso, Janta. Está ganhando o Município hoje, estão ganhando todos aqueles que utilizam a política pública para o Município. Não é uma vitória de um setor, de uma corporação, de uma Secretaria, mas é a vitória do Município, porque isso, com certeza – ali, eles estavam falando da questão dos cargos de chefia – dá estímulo para o indivíduo dar o seu sangue. Quem vai ganhar é cada cidadão de Porto Alegre. Eu espero que a chamada amanhã na imprensa seja esta: que o Município de Porto Alegre teve uma grande vitória no dia de hoje. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, prezados auditores, que já estiveram aqui várias vezes, inclusive quando tive a primeira oportunidade de me pronunciar, dizendo coisas que vou repetir agora, justamente sobre o papel estratégico que a Receita exerce no Município. O Município, que tem anunciado o seu déficit, a sua dificuldade financeira, não pode abrir mão de ter uma receita eficiente, uma receita eficaz, sobretudo no combate à sonegação, que ainda é uma das grandes chagas que o Estado brasileiro, em todos os seus níveis federativos, tem que enfrentar. Por isso, Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, gostaria que o senhor transmitisse ao Prefeito Nelson Marchezan e ao Vice-Prefeito Gustavo Paim o nosso muito obrigado, em nome da Bancada do PROS, pela sensibilidade de estabelecer diálogo acerca deste tema, que é tão importante para a Cidade. Que nós votemos a favor do teto, na última votação. Votamos favoráveis aos municipais, em particular, aos auditores e procuradores. Este Veto do Prefeito realmente efervesceu o debate aqui na Casa e a política é a arte do diálogo; aliás, nós tivemos, na semana passada, um momento de extrema violência, Sr. Presidente, com um movimento que não é dos que estão aqui nas

galerias, mas um movimento verdadeiramente fascista. Partiram para as vias de fato, querendo quebrar celular, câmera, bateram num assessor meu que estava tentando defender a câmera. E toda a violência é muda, é o fracasso da política, a violência é o fim do diálogo; nenhum bicho dialoga, bicho age por instinto. Então, eu quero dar os parabéns ao Governo por ter estabelecido esse diálogo, que trouxe afeitos tão favoráveis para a construção do bem comum e, sobretudo, para uma Receita forte. A Receita e a Procuradoria do Município são as vias de entrada dos recursos que nós necessitamos para tirar o Município de Porto Alegre da dificuldade financeira em que ele se encontra. Eu, mais uma vez, Ver. Moisés Barbosa, quero dar os parabéns pela articulação do Governo, por esse momento de consenso na Cidade e que nós poderemos, juntos, construir o bem comum. Muito obrigado e parabéns a todos que se empenharam nesse grande acordo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. *Moshe* Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde. Mais uma tarde importante para esta Casa, com vários porto-alegrenses importantes e servidores do Município. Gostaria de agradecer o espaço para falar neste dia e ainda ter sido chamado de *Moshe*, lembrando a origem do meu nome. Agradeço, Sr. Presidente. Queria dizer o seguinte, seria completamente confortável para que este Vereador, que vem à tribuna, sendo o único Vereador do PSDB, votar pela manutenção do Veto do Prefeito Nelson Marchezan, do PSDB, pelo entendimento de quantos desdobramentos e notícias que, infelizmente, às vezes, são desconhecidas ao se sair desta Casa, sempre com uma interpretação político-eleitoreira. Eu venho sempre a esta tribuna falar desses mecanismos da politicagem partidária, do populismo, e seria, na realidade, muito confortável, muito fácil fazer isso. Mas, no entendimento, no diálogo, na construção, nas reuniões, no entendimento da tarefa dos servidores, na visita desses servidores aos gabinetes, e também no entendimento de que haverá projetos apresentados nesta Casa para que se valorize o servidor que produz, porque existem os servidores que não produzem, infelizmente, como em qualquer categoria profissional – esta é uma verdade que tem que ser dita e discutida

entre nós aqui nesta Casa. Mas, em respeito a isso, quero ressaltar aqui os principais projetos de incremento de receita, as estimativas de arrecadação - nós, que enfrentamos uma difícil situação financeira - desses projetos que estão lá, que somam, aproximadamente - dados que a gente recebeu hoje pela manhã -, R\$ 680 milhões nos próximos três anos, que englobam a negativação de devedores, o Refis, a atualização de conta geral, de valores do IPTU, etc., nós vamos seguir a orientação que foi dada aqui pelo Líder do Governo, e vamos votar “sim” pela derrubada do Veto do nosso Prefeito. E queria dizer que, politicamente, eu não posso deixar de falar aqui, após ouvir o colega, Ver. Robaina, do PSOL, que talvez seja o maior ativista do bloco de oposição desta Administração. No seu discurso, com o qual eu não concordo – e isso não é novidade – com essas pechas e nomes usados - neoliberalistas, golpistas -, mas vou me ater à parte final do seu discurso, quando o senhor disse: “Parabéns a todos os responsáveis por isso”. Então, em nome do nosso Governo, eu quero lhe dizer: muito obrigada pelos parabéns, Ver. Robaina.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, eu pedi inscrição para discutir – portanto não vou encaminhar – o veto que está sendo debatido neste momento, por termos opiniões deferentes que cabem dentro da diversidade que compõem a nossa sociedade. Eu venho falar em meu nome justamente por conta do nosso trabalho em valorização do serviço público, a nossa oposição ferrenha contra as terceirizações. Lutamos ao lado dos trabalhadores sempre, incondicionalmente, porém há uma falta de valorização para algumas carreiras – eu diria muitas carreiras – de municipais nesta Cidade. A minha é uma delas. Apesar de o Prefeito Marchezan divulgar, na semana passada, um panfleto publicitário afirmando categoricamente ou ratificando a ideia de que os professores na nossa Cidade recebem demais, recebem muito, recebem acima de professores de outras cidades ou estados, eu gostaria de ver o momento em que os professores desta Cidade pudessem, depois de 30 ou 40 anos de trabalho na periferia, em meio a tiroteios, sofrendo agressões, receber o teto de R\$ 19 mil, o salário do Prefeito

atualmente. Eu gostaria muito que os nossos quase 4 mil professores municipais pudessem, em sua aposentadoria, reivindicar esse valor – gostaria mesmo. Talvez, nessas condições, eu me sentisse valorizado.

Porém, não é a realidade que eu percebo. Quando visitamos as escolas, percebemos o sucateamento progressivo dos nossos espaços escolares, ou seja, as prioridades estão deturpadas. Mas essa é a minha opinião. E lutando pela valorização da minha categoria que, de acordo com uma menção feita pela Ver.^a Sofia ontem na nossa reunião, lá em 2003 era de 4 mil servidores, 4 mil professores, hoje não chega talvez a 3,4 mil, porque em janeiro o Prefeito disse que, na ativa, nós tínhamos três mil quatrocentos e tantos professores, e o Secretário Adriano disse que, até o presente momento, se aposentaram mais profissionais do que durante o ano passado inteiro, isso que em 2016 tivemos 247 pedidos de aposentadoria, ou seja, nós estamos com em torno de 3.200 para atender toda a demanda educacional na nossa Cidade. O discurso do Prefeito é de caos financeiro, sendo que o TCE aponta que os dados que a Prefeitura levanta não são verídicos e que o caos divulgado é maquiado pelo Prefeito, justamente em benefício das suas ações impopulares; portanto, eu peço desculpas aos colegas municipais que aqui estão reivindicando, mas meu voto será contrário. Eu afirmo categoricamente que mais uma vez, na minha opinião, o Prefeito erra de novo, como errou ao mandar para Câmara um projeto que aumentava salário de Secretários - este foi o primeiro erro. E agora, desculpem a minha posição, eu acho que ele erra mais uma vez ao liberar a base e encaminhar para a derrubada do Veto. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas. Primeiro, queria anunciar agora que, há alguns minutos, o Secretário Leonardo Busatto anunciou o parcelamento do salário dos servidores e servidoras do Município pela primeira vez na história da Cidade. Realmente, essa tem sido e será a linha do Prefeito Marchezan em escolher o servidor público como alvo, colocar a culpa da sua própria falta de capacidade em pensar em outras maneiras de arrecadação, que certamente terão nosso apoio. Aqui, o Ver.

Robaina falou na atualização da planta, assim como o Ver. Moisés Maluco do Bem; então, é mais por aí que não vemos tanta energia como a que foi colocada para atacar os servidores públicos, como será na semana que vem, na questão do Previmpa. Mas estou dizendo isso, especificamente no caso, porque não quero discutir, acho que não precisaria discutir a nossa posição histórica em recuperação das funções públicas do Estado, que passa logicamente pela qualificação e pela valorização dos servidores públicos. Nós tivemos, num passado recente, há dois, três anos, dois momentos em que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores já se posicionou contrária a qualquer medida, projeto de lei, proposição, que coloca ainda mais distante quem ganha menos e quem ganha mais. Eu digo isso, porque caminhando pelas ruas desta Cidade, Ver. Bosco, e muitas pessoas comentavam: “Mas essa de ele ter botado um teto, que é o salário dele, foi muito boa, não é, Vereador?” Então, eu diria que o Prefeito Marchezan conseguiu o que queria, que era criar um símbolo, porque divulgou, à vontade, em todas as suas ferramentas de comunicação, que colocaria o teto conforme a sua remuneração no serviço público. E ele errou – ele errou! Acho que a Falconi Consultoria não entendeu que existem direitos intertemporais, as modulações do tempo. O próprio projeto que poderia ter chegado nesta Câmara, poderia ter tratado disso, mas ele perderia o símbolo. Então, ele fez goela abaixo. Portanto, eu confesso que não entendo muito.

Nós estamos aqui, os procuradores já conseguiram a liminar para suspender, receberão integralmente. Então, vejam, se alguém aqui ficar prejudicado, o Judiciário já trataria de modular isso e garantir. Estaríamos discutindo na área do direito adquirido, da irredutibilidade de vencimentos. Portanto, parece-me que a presença aqui, dos senhores e das senhoras, é mais pensando em possibilidade do futuro, dos que virão. E aí essa é, para mim, a discussão que a Câmara precisa fazer – essa é a discussão que precisamos fazer! E aí a nossa posição, se tivesse que definir hoje, da nossa Bancada, é que R\$ 19 mil já é uma valorização suficiente do serviço público – R\$ 19 mil. Portanto, nesta discussão, tem que sair do genérico, em algum momento, e falar do valor. Inclusive, temos um projeto de lei, votamos, nas duas vezes, um outro projeto que criava diferenciação dentro da Secretaria da Fazenda, fomos uma Bancada que votou contrariamente. Fomos a única Bancada que votou contrária a essa diferenciação dentro da própria Secretaria da Fazenda; e no projeto que tratava da PGE, também votamos contrários. E agora votaremos contrários também. Inclusive, temos um projeto de lei,

desde a Legislatura passada, que trata justamente da fixação do teto, conforme a remuneração do Prefeito. Eu escutei este argumento: “Mas se entra um Prefeito, no futuro, e reduz o seu próprio salário?” Bom, isso não seria difícil resolver tendo ali uma fixação, que em caso de redução, obviamente, não afetaria todo o serviço. Então, as saídas teriam. E eu acho incrível como o Prefeito joga: capitalizou lá fora com o símbolo que criou, parece que é o grande salvador, e agora muda de posição. Então, na esteira aqui do Ver. Prof. Alex, na minha opinião, erra novamente, um direito de quem está aqui, dos que hoje recebem, estaria garantido, infelizmente, na esfera da Justiça. Eu não sou pela judicialização da política, mas aqui, esta Câmara hoje poderia decidir o quanto é e qual é uma remuneração suficiente e digna para o servidor público – R\$ 19 mil... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Sgarbossa. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, eu quero cumprimentar os municipais que nos acompanham; os Procuradores; e, sobretudo, categorias vinculadas à Fazenda, que nos acompanham na tarde de hoje. Nós nos conhecemos há muito tempo, nós temos a tranquilidade de fazer o debate de forma sincera, e isso precisa ser feito, por óbvio, na tribuna. Porque é muito fácil se esconder no silêncio, mas eu prefiro ter posição e trazer essa posição a público, obviamente sem cair num discurso que nos preocupa muito, que é o discurso de responsabilizar os servidores pela distorção gerada ao longo dos anos, pela ausência de isonomia entre as carreiras dos municipais, pela ausência de um plano de carreira, que foi a promessa desde a primeira eleição do Fogaça, que é óbvio, alimenta essas distorções, e, mais do que isso, responsabiliza os servidores pela crise brutal em que vivem o Município, o Estado e o País. Nós achamos justamente o contrário, e eu quero fazer esse registro aqui: quem é responsável pela crise são justamente os maus gestores, que governam para os ricos; que não estipulam medidas de imposto progressivo, que poderiam taxar quem ganha mais; que não ajudam na busca das garantias para que haja uma mudança no padrão de cobrança de impostos que nós temos no Brasil, e também no Município, porque se poderia ter IPTU progressivo,

aumentar a taxaço sobre os vazios urbanos, ou mesmo, buscar, com transparência, e reaver os milhões que foram desperdiçados nos ralos da corrupção ao longo dos últimos anos no Município. Foi corrupção na saúde, foi corrupção na FASC, foi corrupção no DEP e em outros tantos órgão, caso eu tenha esquecido de algum. Então nós não caímos nesse corolário neoliberal e nesse corolário que o Prefeito Marchezan insiste, dia sim, dia também, em fazer com o conjunto das categorias do Município de Porto Alegre. Mais que isso, eu tenho um respeito profundo pelos Procuradores e pelos fazendários, muito embora tenha votado contra tanto à gratificação da Fazenda quanto à gratificação da Procuradoria, com a mesma tranquilidade que venho neste momento à tribuna, seja pelo momento do efeito cascata, seja pela distorção entre as carreiras, seja, inclusive, aqui, no teto. Nós temos uma discussão, alguns acham que o teto e o salário do Prefeito é baixo. Até o Ver. Marcelo Sgarbossa, para dar o exemplo da judicialização, com a qual eu concordo em relação ao tema que ele trouxe, no caso de o Prefeito reduzir o salário e ser o teto vinculado a esse salário. O Ver. Marcelo Sgarbossa tem razão, porque isso poderia rebaixar muito o teto do funcionalismo. Agora, eu gostaria de ver um prefeito que reduzisse o seu salário, o salário dos secretários...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Não, nós apresentamos a candidatura, Ver. João Bosco Vaz, da Luciana Genro, mas o povo escolheu o Prefeito Nelson Marchezan. O Prefeito Nelson Marchezan mandou um projeto dobrando a gratificação de alguns salários de servidores e para outros não queria o teto. Para aqueles três secretários não tinha teto, para o conjunto do funcionalismo, sim. Nós defendemos o teto para todos. Inclusive tivemos parte nessa luta em 2011, quando a Câmara discutiu a remuneração dos Vereadores, que é o que fixa o salário do Prefeito, e eu e o Pedro Ruas tivemos uma posição que, no final, em função da Justiça, em função das mobilizações, foi respaldada pelo amplo conjunto da Câmara de Vereadores e que hoje figura e vigora no salário do Prefeito, que poderia ser de R\$ 26 mil e hoje é de R\$ 19 mil, e no salário do conjunto dos Vereadores da Câmara Municipal.

Então quero deixar esse registro, dizendo que não acompanho o voto pela derrubada do Veto, nós vamos manter a nossa coerência ao longo dos anos. Mas quero dizer, primeiro,

da nossa coerência na defesa dos direitos dos servidores públicos. Eu gostaria de cumprimentar os trabalhadores, dizer que nós não faremos coro com o discurso neoliberal, mas, mais do que isso, nós gostaríamos desse conjunto de bancadas se manifestando, aqui, neste momento, com relação ao teto, também se manifestando, semana que vem, pela derrubada do projeto que amplia de 11% para 14% a alíquota do Previmpa, o que significa um confisco do salário de vocês, municipais, e também questionando esse parcelamento acima dos R\$ 10 mil. Quem trabalhou merece seu salário, e nós não aceitamos os parcelamentos que estão anunciados na tarde de hoje. Não nos importa se são os mais altos salários. Todos merecem o seu salário. Então, não ao parcelamento e não ao ataque ao Previmpa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigada, Ver.^a Fernanda Melchionna.

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, nós temos hoje votação importante aqui na nossa Câmara de Vereadores, mas temos uma visita importante aqui. Quero destacar a presença da Prefeita da minha cidade, a Ivete Luchezi, da Rainha Valéria Grandi, da Princesa Gabriele Capellari e da Stella de Ibiraiaras, Diretora da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio, e da Sra. Zeli de Pretto Sgarbossa. Elas vieram convidar os Vereadores de Porto Alegre e a todos os presentes à XXXII Noite Italiana de Ibiraiaras, que é a terra que, em tupi-guarani, quer dizer rainha das matas. Então, vocês estão todos convidados para irem na nossa terra de Ibiraiaras. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Eu quero fazer coro aqui, em nome de todos os Vereadores, ao Ver. Idenir Cecchim, agradecer a presença da Prefeita Ivete Luchezi, agradecer a presença da rainha e das princesas, da comitiva, e agradecer os aplausos das nossas galerias às nossas ilustres visitas. Muito obrigado, sejam sempre bem-vindas. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores, Vereadoras; Ver. Matheus, já fiz isso, reitero o entendimento de todas as partes. Eu só quero dizer que se não fosse derrubado na tarde de hoje este Veto, com a colaboração e a participação do Governo, nós teríamos

um processo injusto. Nós tínhamos um processo fixado em Porto Alegre com mais de cinco tetos diferentes. E nós tínhamos um teto fixado no Município de Porto Alegre que não corresponde àquilo que está na Constituição Federal, portanto, um teto inconstitucional.

Eu quero reiterar aqui para o público que nos ouve e nos vê em casa, de que não há aumento de salário - não há aumento de salário! É enganosa a propaganda de alguns setores da imprensa que falam em aumento de salário. Esses servidores já recebiam esse valor em março de 2017. E uma medida extremamente frágil, que é um decreto do Prefeito Municipal, reduziu este valor. Portanto, se nós não aprovarmos essa emenda, se não reconstituirmos o teto estadual, Porto Alegre não terá teto fixado em lei, porque, no mesmo projeto, foram revogadas as duas leis municipais que versavam sobre o teto: a Lei nº 6.208, de 1998, e a Lei nº 6.309, de 2001. São os dois dispositivos, dentro dos Estatutos dos Servidores Públicos Municipais, que versavam sobre o teto. Nós acreditamos que “Nenhum direito a menos” tem que valer para todos. Tem que valer para todos! Se não é para todos, não é para nenhum! Então, essa frase de “Nenhum direito a menos” - tem que valer para todos. (Palmas.)

Eu quero dizer que também é falaciosa a ideia de que não vai ser fixado o teto a medida que for derrubada a emenda. Aí, sim, que vai ser fixado o teto, e não é de R\$ 30 mil, é menos que isso, porque o subsídio do desembargador é menor do que R\$ 30 mil. E isso não é para todos os servidores, é para alguns no final da carreira, quando é preciso comprar remédio, quando o serviço público já esgotou as suas potencialidades de dar as suas contribuições. Então, neste momento, sonegar essas condições, que foram estabelecidas lá atrás, é no mínimo desleal. Por isso saudamos a ação de todos os que participaram desse processo. Quero, finalizando, fazer um elogio às categorias envolvidas: os servidores da Fazenda, os procuradores, os médicos, alguns professores, enfim, todos os que serão abarcados por esse processo. Vocês efetivamente construíram essa aprovação. E faço um grande, elogioso, salutar e comovente – comovente – saudação ao nosso bloco: Ver. Ferronato, Ver. Paulinho Motorista, Ver. José Freitas, Ver. Alvoní Medina, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Tarciso Flecha Negra e o nosso oráculo Ver. Reginaldo Pujol. (Palmas.) Todos contribuíram muito para que chegássemos a essa tarde no dia de hoje, mas, sem dúvida nenhuma, eu tenho a honra de participar de um bloco que pensa na cidade de Porto Alegre e que foi fundamental para que chegássemos a um

entendimento. Parabéns aos Procuradores, parabéns aos fazendários, parabéns ao serviço público municipal que ganha com isso e que, sem dúvida nenhuma, dão à Cidade a possibilidade de ela dar a grande reviravolta de que precisa. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas municipais, não precisaria falar aqui, pois vocês conhecem a nossa posição. Uma posição de quem toda a vida lutou junto ao funcionalismo público. Orgulho-me de ter oito anos de sindicalista do Simpa, na Atempa; orgulho-me dos 16 anos do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, quando nós mantivemos recuperação em tempos de alta de inflação, uma recuperação bimestral da capacidade de compra dos salários. Acho que a gente tem distorções, tem grandes dívidas com o conjunto do funcionalismo, a cidade de Porto Alegre e os gestores que foram se sucedendo. E uma delas é a carreira, sim, porque muitos de vocês, conversando conosco, diziam que não queriam um teto político. Esse teto político rompe com as carreiras. “Tudo o que estou perdendo é o que conquistei ou em função gratificada ou em carreira, em tempo de serviço, porque, na verdade, nem a carreira sonhada nós não temos”. Então temos muita clareza em tudo isso, como Vereadores do Partido dos Trabalhadores. Claro que aqui falo em discussão, com um timbre mais pessoal. Acho que é um momento dramático, nós nunca vivemos um momento em que o Prefeito, primeiro, criminaliza, desprestigia, desrespeita o funcionalismo municipal; atribui a ele uma carga pesada, diz que ele não pensa, que ele não tem vida inteligente. Então, é um momento muito grave da democracia brasileira e da democracia em Porto Alegre. Um Prefeito que faz bravatas, um Prefeito que instiga a violência pelas suas entrevistas – eu tenho assistido, tenho me dado o trabalho. Ao dar entrevista para o Mamaefalei, ele despreza os partidos, despreza os partidos vermelhos, diz que eles são populistas, são demagógicos. Enfim, acho que nós temos um péssimo comportamento de Prefeito Municipal. A Cidade está se ressentindo, os dados são

dramáticos. O que o Ver. Prof. Alex Fraga referia em educação, a gente ter 600 professores a menos do que em 2003, isso é dramático, porque nós temos escolas infantis mandando as crianças da periferia para casa às 16h. Menos alimentação escolar? Não dá para repetir a alimentação escolar! Estamos com creches prontas, o Ver. Mauro deve se lembrar, como a Santo Exedito, e não tem professor; e as 100 crianças não começaram as aulas. O Secretário já disse que só vai nomear no ano que vem.

Eu quero entender qual é a sinalização que o Prefeito faz. E aqui eu estou falando e cobrando do Prefeito, porque eu gostaria que não tivesse que mexer em nenhum direito. Aliás, essa é a nossa insígnia: “Nenhum direito a menos!”, Ver. Dr. Thiago.

Eu estou falando do teto, eu estou falando da massa salarial. Neste momento, desta tribuna, duas pessoas vieram elogiar o Secretário da Fazenda porque fez um acordo; e ele está, neste momento, explicando, nas redes sociais, como é que ele vai parcelar salários. Eu não consigo compreender, para mim é uma irresponsabilidade muito grande desse Governo que mascara os números, porque disse que os números estavam ruins e vão ver que o primeiro mês, onde a despesa está acima da receita, é o último ali, que eu acredito que é maio, porque nós não tínhamos os dados de junho. Os dados de junho que eu conheço até agora são de trezentos e poucos milhões ingressos, e o funcionalismo, segundo a Justiça, R\$ 82 milhões de gastos. Então o que eu não aceito é o terrorismo para cima dos funcionários municipais, a ameaça de privatização, a ameaça de parcelamento; pelo jeito, consecução do parcelamento e o não provimento de funcionários essenciais. Aqui foi falado em relação à saúde, que as pessoas estão morrendo, que estão destinadas à morte. O pessoal do HPS disse que acabaram de fechar onze leitos de enfermagem de traumatologia nesse momento, Ver. Oliboni. Então nós queremos transparência, coerência e competência para arrecadar – competência para arrecadar! (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Só para concluir, agradeço ao Presidente, então eu quero, sim, e gostaria muito que nós pudéssemos ter um teto maior, que nós não fôssemos criminalizados, porque há quem criminalize que nós defendemos, desde 2011, a recuperação nesta Casa da inflação dos salários. Por que não recuperar a inflação? O Prefeito não fará, não está fazendo com o funcionalismo; é arrocho salarial, é tirar poder de compra dos salários. Então nós defendemos a recuperação da inflação de todos os salários, procuramos manter a coerência. Quem é incoerente, é demagógico, é agressivo

e irresponsável é o Prefeito Municipal e essa gestão. Não tem como levar a Cidade a um bom caminho. Nós gostaríamos que a postura fosse outra. Eu gostaria de dizer aos colegas municipais que estão na sua justa luta, não precisam... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não ia usar este espaço aqui, mas eu vi tantos argumentos e eu quero fazer um exercício em voz alta com todos os Vereadores e Vereadoras, e o público que vem aqui. Primeiro, em cima do pedido do Sr. Prefeito Marchezan para que se derrube o Veto, quero pedir, com todo o respeito, que ele grave um vídeo para botar no Facebook, porque quando nós aprovamos aqui o Substitutivo do Dr. Thiago, o Prefeito, no outro dia, foi para o Facebook nos chamar de medrosos e covardes. Então eu gostaria, porque se o Prefeito não quer dar a reposição de 4%, se o Prefeito acabou de anunciar que vai pagar somente até R\$ 10.600,00, se o Prefeito alega que não tem dinheiro e ele pede para que a gente derrube o Veto, eu vou atender o pedido dele, porque se ele teve a intenção de botar no nosso colo, vai voltar para o colo dele. E não venham com esse argumento de diálogo, que foi uma decisão. Não! O Prefeito está vendo longe: como os procuradores têm uma liminar, e como o art. 37 da Constituição diz que o teto tem que ser o salário do Prefeito, ele está pedindo que nós derrubemos o Veto. Ele sabe que o Dr. Da Camino vai à Justiça, e provavelmente vai ganhar, porque está escrito lá, e aí ele vai dizer: “Olha, não fui eu quem tirou, foi a Justiça”. Eu estou viajando, estou num exercício em voz alta. Eu gostaria que o Sr. Prefeito reconhecesse a coragem dos Vereadores, porque antes somos covardes e medrosos, e agora, há dois dias, o Prefeito disse que nós temos que ter mais vontade e mais coragem de votar os projetos. Eu não sou da base do Governo e já ajudei o Governo mais do que muita gente da base, e vou votar o projeto com ele, agora não conte comigo para aumentar a alíquota do Previmpa. (Palmas.) Eu iria votar contra o projeto que não dava a inflação de 4%; agora, tenho ótimos projetos que ele mandou para cá cuja aprovação é necessária para destravar a máquina pública que vou ajudar. Mas

fico, politicamente, muito triste, porque sempre tivemos diálogos com todos os Prefeitos, com todos do PT, com o Fogaça, com o Fortunati, todos fizeram grandes coisas, fizeram coisas erradas, que não deram certo; o Marchezan vai fazer coisas boas e coisas que não vão dar certo. Mas a gente precisa conversar, o Prefeito precisa sentar conosco. O Prefeito não pode expor as suas Lideranças que aqui estão. O Prefeito não pode nos constranger como Vereadores, não pode botar no nosso colo: “Definam vocês qual é o teto, definam vocês qual é o salário”. Sim, mas que poder eu tenho? Se eu tenho a caneta, eu vou lá e indefiro. Então, pessoal, eu ia me manter no art. 37 da Constituição, depois que eu tive a conversa com o Dr. Da Camino, mas já que o Prefeito tem dinheiro, está com boa-vontade, pediu para derrubar o Veto, eu vou votar com o Prefeito, mas peço que ele grave um vídeo amanhã dizendo: “Atenção população, eu pedi que os Srs. Vereadores derrubassem o Veto, eles foram corajosos, não são covardes e me ajudaram”. Muito obrigado (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver. João Bosco Vaz, eu não estou preocupado com vídeo, nem antes, nem depois, eu não tenho esse problema, eu voto de acordo com a minha consciência, venha vídeo, não venha vídeo. Eu estava apoiando desde o início. (Palmas.) Não tenho nenhum problema com o vídeo. Agora, vocês imaginem, a culpa cai em cima da Fazenda ou de outras categorias só. Mas, por exemplo, se tiver uma professora aposentada e vier a ser Vereadora, ganha R\$ 14 mil como professora aposentada e mais o salário de Vereadora. A Fazenda é a mesma, como ficariam esses tetos? Câmara de Vereadores, Previmpa, não somam? Então, vamos parar de culpar só a Fazenda ou culpar só outra. Não isso é para todos, é para todos. A Fazenda não está pedindo só para eles. Eu acho que hoje não é dia de acusar, de provocar, hoje é dia de encerrar esse capítulo. E nós vamos encerrar muito bem, eu vejo aquele sim, o sim serve para tudo que é dor. Nós temos que dizer sim, sim, a muitas coisas que a Prefeitura precisa. Nós temos que dizer “sim” para as pessoas que precisam do posto de saúde; nós temos que dizer “sim” aos bueiros entupidos. No bairro

Sarandi, por exemplo, não tem nenhuma boca de lobo funcionando, então temos que dizer “sim”, precisamos de dinheiro para arrumar as bocas de lobo. Parecem problemas pequenos, mas não para quem está na frente da boca de lobo, com aquele cheiro miserável, é um problema grave, e nós temos que arrecadar, nós temos que dar o dinheiro para os Secretários, para quem precisa, para fazer essas coisas do dia a dia. Então, eu tenho certeza que a Secretaria da Fazenda, que a Procuradoria, que aqueles que têm a responsabilidade, não de tomar de dinheiro do cidadão, mas de cobrar o que é justo, vão fazer um esforço muito grande e vão colocar mais recursos para os cofres públicos. Não é para o Prefeito, não vão arrecadar para o Prefeito, é para a cidade de Porto Alegre. Nós queremos arrecadar para a Cidade! Nós queremos arrecadar para aqueles que mais precisam! Então, é um grande engano falar só em salário alto, tem gente que ganha muito pouco ou quase nada, mas precisa do dinheiro público para que se solucionem aqueles problemas que são graves, muito graves, nós precisamos de tudo na Cidade: tapar os buracos no asfalto, abrir as bocas de lobo para parar aqueles alagamentos na frente das casas.

Então, eu queria saudar o dia de hoje como um dia em que teremos um motivo a mais para arrecadar e prestar serviço para aqueles que precisam do serviço da Prefeitura, que sempre são os mais necessitados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLE nº 040/16, com Veto Parcial. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 040/16, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, muito especialmente nossos servidores públicos que estão conosco nesta tarde, que será uma tarde de vitória, eu aqui falo em meu nome, Ver. Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. A discussão do teto no serviço público vem de algumas décadas; e, desde que se iniciou essa conversa – isso faz, aproximadamente, 20 anos –, eu disse que teto, e fui bastante criticado por isso, deveria ser imposição ao setor público e também ao setor privado – por que não? Essa discussão do teto, repito, vem de longe; e desde os primeiros dias que se começou a discutir teto neste País, eu já era

Vereador de Porto Alegre e defendia a ideia do teto único. Nós não podemos compreender – e já disse isso algumas vezes aqui – que temos servidores de primeira classe, de segunda classe, de terceira classe e assim por diante. O teto é único para valorizar as carreiras na União, nos Estados e nos Municípios do País. Hoje, aqui, nós vamos conquistar um passo importante, que é a busca de um teto, proposta que apresentamos através de emendas – muitos Vereadores apresentaram junto.

Outra questão que nós estamos discutindo há décadas é a ideia de estabelecer o teto do servidor público com o chefe do Poder Executivo. Está errada essa ideia. O Poder Executivo é um poder político, e eu sei que discutimos isso por diversas vezes. Quer dizer que se algum Prefeito disser que o seu salário é R\$ 10 mil, o teto do servidor público daquele Município é R\$ 10 mil, não é possível. Não concordo com o Ver. Bosco. Meu caro Ver. Bosco, está errada a posição de quem quer que seja que diga que o teto do funcionário do serviço público de Porto Alegre é o do Prefeito - está errado! Apenas existe uma lei que diz isso. E é por isso que eu estou aqui falando e nem iria falar, uma coisa que aqui não se falou: o teto que a Constituição Federal estabelece é o teto como regra geral, os Municípios têm o poder – cada Município brasileiro – constitucional de definir o seu teto, por óbvio. Assim como acontece em qualquer matéria que trate de gasto público, a regra geral da União serve para a União e para aqueles Municípios que não tenham uma regra específica para aquilo. Portanto, nós somos, eu sou radicalmente contra a ideia de que o teto do servidor público de Porto Alegre tenha que ser o teto do Prefeito; não concordo com isso! Segundo lugar, não concordo com a ideia de que o teto é o do Prefeito, nós temos poder para definir diferente. E tem outra questão, se o nosso amigo Da Camino – para tranquilizá-lo – ingressar com um processo na Justiça, com todo o respeito, vai cometer uma furada extraordinária. Sabe por quê? Porque existe uma tese muito bem fundamentada que, no Município que não exista teto por lei municipal, vale a Constituição do Estado, portanto nós estamos, com tranquilidade, para dizer que a vitória é de vocês. Mas, antes de mais nada, a vitória é da justiça remuneratória e também é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLE nº 040/16, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

A Sra. Fernanda Melchionna: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Justificamos nosso voto pela manutenção do Veto Parcial ao PLE 040/16, em razão da diferença de tratamento do Executivo em relação à diversidade das funções exercidas pela categoria dos municipais de Porto Alegre. Veja-se que a Prefeitura não quer garantir nem mesmo a reposição salarial ao conjunto dos municipais, razão pela qual nos posicionamos pela manutenção do Veto. Reiteramos, da mesma forma, que jamais o funcionalismo público deve ser responsabilizado pela crise de gestão pública: esta é culpa exclusiva de todos os maus gestores que agiram para que milhões escorressem pelos ralos da corrupção. 28 de junho de 2017”. Assinam esta Declaração de Voto: Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell e Ver. Marcelo Sgarbossa”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 132/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 132/17, como autor.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, os demais colegas Vereadores e Vereadoras. De fato, esta matéria é bem mais simples, não tão complexa como a que acabamos de votar recentemente. Nós temos no Congresso Nacional um projeto de lei que institui o piso nacional salarial para os agentes de combate à endemia, os agentes comunitários, estipulando em dois salários mínimos. Vejam só: em dois salários mínimos em todo o território nacional. Esta PEC, inclusive, é de autoria de um Deputado do PSB, mas que tem uma enorme solidariedade, um enorme reconhecimento da função desses trabalhadores da saúde; inclusive é uma atribuição do Governo Federal passar os recursos para os Estados e Municípios, sobre esses programas que existem nas Prefeituras ou nos Municípios. Hoje, o salário ou piso desses trabalhadores fica em torno de 1,4 salário mínimo; portanto, a majoração ou aumento salarial dessas categorias aumentaria 0,6%, chegando a dois salários mínimos em nível nacional. Portanto, esta

Moção de Solidariedade é para o Congresso Nacional, para o autor da PEC, para que a Comissão, ora estabelecida no Congresso Nacional, possa sentir que, na maioria dos Estados e Municípios, há, sim, um gesto solidário de apoiar e melhorar os salários desses trabalhadores. Queria pedir a sensibilidade dos colegas Vereadores e Vereadoras, para sinalizarmos uma simples Moção de Apoio, aumentar o teto, as condições de vida e de salário para esses trabalhadores da área da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 132/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acredito que, nos tempos atuais, o mínimo que pode ser esperado dos órgãos públicos é que tenham um mínimo de coerência nas suas ações políticas. Há pouco, nós acabamos de votar um Veto do Sr. Prefeito Municipal, que foi fruto de um grande acordo, uma grande composição, de um diálogo muito bem conduzido. Acabou sendo com a concordância, inclusive, da Liderança do Governo, resultando que os objetivos da emenda do meu companheiro de Bancada, Ver. Dr. Thiago, ficassem plenamente preservados e seus efeitos no seu alcance. Seria, portanto, Sr. Presidente, uma postura muito incoerente da nossa parte, de certa forma, inexplicável, se cinco minutos depois em que sustentamos coerentemente que nós devemos buscar, tanto o quanto possível, uma realidade tributária no Município para que os talentos, as qualificações pessoais sejam respeitadas, e também para aqueles que não são tão aquinhoados da sorte, possam ter um salário mais condizente com a realidade deste País em crise econômica, social, política.

Agora, vem ao nosso exame a Moção de Solidariedade do Ver. Aldacir Oliboni em apoio a PEC 22, de 2011, cujo autor e detalhes não conhecemos na plenitude, o que poderia nos ocasionar a necessidade de maiores esclarecimentos. Mas o objetivo final, que é instituir um piso nacional de dois salários mínimos para os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate às endemias, Ver. Tarciso, faz com que, sem maior preocupação, nós manifestemos uma posição favorável de apoio à proposta do Ver. Oliboni. Até para ficar bem acentuado, que determinadas situações nesta Casa não podem ser medidas à

luz de quem assina a proposta ou a qual agremiação política pertence, e, sim, da sua razoabilidade, da sua veracidade, sobretudo da sua convivência. E acredito eu, que apoiava essa proposta de emenda à Constituição, que está tramitando no Congresso Nacional, desde muito tempo, ou seja, desde o ano de 2011, por conseguinte, há sete anos, apoiando esta proposta, que o Congresso Nacional deva ter tido o tempo suficiente para verificar, na profundidade, os objetivos e ver a sua conveniência, e decidir favoravelmente. Por isso, Ver. Oliboni... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Fiz questão, Ver. Oliboni, de vir à tribuna e prestar a minha solidariedade a V. Exa., à sua proposta de excluir qual é o autor – não me preocupo em saber qual é o autor, eu me preocupo em saber do objetivo. Como acho que o objetivo é meritório, e como eu tenho muita confiança no seu trabalho, pessoa que tem postura política antagônica à minha, mas que age com muito respeito, e eu quero reciprocamente também assim agir com relação a V. Exa. Eu quero, nessa hora, prestar o meu apoio à Moção de Solidariedade, evidentemente o meu voto é favorável à sua proposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 132/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 038/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 038/17. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 038/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que tem um pequeno erro na ementa, dando uma certa confusão quando fala na constituição de Comissão Especial com a finalidade de analisar a disciplina sobre o Mobiliário Urbano. Eu conversei com o Ver. André Carús e não é bem isso que ele quer. Ele quer um grande debate a respeito de uma problemática que vem há mais tempo sendo discutida na esfera do Executivo, e que ele propõe agora que esse debate se instale dentro da Câmara Municipal. Evidentemente, ele não quer ver a disciplina em si, ele quer ver um bom disciplinamento para essa circunstância.

Então, Vereador, eu tive, há poucos dias, a oportunidade de receber esclarecimento de sua parte a respeito desse tema. Tem a minha concordância. O meu alertamento não é com relação à sua proposta, é com os encaminhamentos das Comissões Especiais da Casa, porque acho que elas não estão sendo aprovadas e não estão sendo consolidadas. Há dois meses, eu tive aprovada uma Comissão Especial para ver os efeitos do teto remuneratório na Administração do Município, e essa comissão não se estabeleceu até hoje, e acredito que agora nem precise mais se estabelecer. A coisa se encaminhou perante a forma possível. Então, tenho comigo que deve estar momentaneamente esgotado o número de comissões especiais que podem funcionar na Casa. Existe um regimento regimental que estabelece um mínimo e um máximo de comissões que podem funcionar. Inclusive, a necessidade de consulta às comissões temáticas a respeito do assunto é objeto na comissão especial. Mas, de qualquer sorte, e ficando adstrito à proposta em si, que é a criação dessa comissão especial, me manifesto solidariamente. Quero, inclusive, Ver. Carús, desde já, dizer a V. Exa. que quero participar dessa Comissão, Ver. Idenir Cecchim, com essa minha posição a respeito, acho que posso contribuir muito para que façamos um reexame de todo esse conceito que tem sido objeto de tanta badalação. Está na hora de se criar propostas exequíveis, adequadas, que se realizem e que não fiquem na expectativa da opinião pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 038/17 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Moisés Maluco do Bem (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 003/17 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Indicação nº 034/17. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 034/17, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas. Depois da votação, infelizmente, em que o Prefeito se contradiz, vamos ao tema da nossa Indicação. É a primeira vez, talvez, que o Plenário da Câmara está tendo que, em grau de recurso, analisar uma Indicação, essa é uma das mudanças feitas há pouco. As Indicações são sugestões que se faz ao Executivo, são temas que se levantam. Aqui, no caso específico, por uma dúvida da Comissão, acabaram opinando pela rejeição. Eu estou aqui para esclarecer essa dúvida, mas infelizmente não deixa de ser uma burocratização disso que era uma discussão, uma mera sugestão, eu diria, analisada pelo Plenário. Eu acho que foi sábio, no passado, quem sugeriu a ideia de Indicação, para a gente poder ser uma Casa política onde se discutam os temas relevantes para a Cidade.

Aqui, a nossa proposta de Indicação trata de flexibilizar algo que, em alguns países, existe. Isso já deveria ter chegado no Brasil, já deveríamos ter nos dado conta disso, da participação do pai nos primeiros dias e semanas de vida da criança. Hoje sabemos que a licença paternidade é de 20 dias, e a licença maternidade de 120 dias. Estou me referindo aos servidores e às servidoras municipais. Nisso, de uma certa forma, há um simbolismo de que o pai não precisa estar tão presente, pois a mãe dá conta. Inclusive, o projeto da Ver.^a Fernanda aumentou a licença do pai para 20 dias, antes eram oito dias. Então vejam, é uma luta, precisou um projeto de lei para aumentar alguns dias a mais a licença para o pai. Mas o conceito mais adequado, mais humano é permitir que pai e mãe, sendo ambos servidores, possam estar presentes. Não está se tratando aqui, eu sei que poderia ter ficado mais claro, mas aqui não é uma indicação - até deveria ser - para aumento da

licença paternidade. Não é disso que estamos tratando. Não estamos tratando de aumentar a licença maternidade. Estamos dizendo sobre dividi-la, de comum acordo, entre o casal, entre o homem e a mulher, ambos servidores do Município. É uma mera sugestão, espero que tenha uma influência positiva dentro do Governo para que discuta essa possibilidade e não saia pelo argumento formal de que nós estaríamos aqui - talvez algumas interpretações, até acho curioso – ampliando os 20 dias do pai, na licença paternidade, para 120 dias como a mãe. E daí teriam 240 dias os dois. Acho que seria uma boa discussão, para o futuro, o aumento das licenças maternidade e paternidade, como é em alguns países. Já se sabe que o investimento na primeira infância é, sim, resultado benéfico, seja na questão da saúde, da educação, do afeto, do vínculo. Deveríamos nem discutir a possibilidade de ampliação de ambas as licenças, mas aqui estamos propondo, para o Executivo, que pai e mãe, sendo servidores do Município, com esses 120 dias da mãe, mais os 20 do pai, possam ser por eles partilhados, logicamente, de forma consensual, permitindo, na logística do casal, na atenção que o casal pode dar o compartilhamento, basicamente com o pai, podendo ter um papel de maior protagonismo nesses primeiros meses de vida. Então é isso. Entendo o Parecer da CEFOR levanta aqui que a redação do projeto não ficou bem clara. Quero compreender que era uma mera dúvida, mas logicamente nunca foi a intenção ampliar a licença paternidade de 20 dias para 120 dias, e, sim, compartilhar entre o pai e a mãe essa responsabilidade tão nobre e tão bonita. Lembro que o Ver. João Derly, na época, tinha um programa aqui que dizia algo como: “Pai mesmo é aquele que está junto”. Não lembro exatamente do *slogan*, mas era um pouco o resumo do convite à participação mais efetiva dos pais na criação dos filhos desde a primeira infância e nos anos seguintes da criança. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 034/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Dr. Goulart, meu prezadíssimo amigo, consultava a presidência, já que agora estou encaminhando todas as matérias que passam por aqui. Vou esclarecer: acho que é uma das últimas oportunidades que nós vamos ter de discutir indicações no plenário. A

indicação é um instrumento regimental que decorre de uma longa luta do Ver. Bernardino Vendruscolo, nosso ex-colega - e, na fase final do seu mandato, nos somamos e apoiamos a pretensão dele, Ver. Cassiá Carpes, V. Exa. que voltou à Casa depois de algum tempo -, de se criar um instrumento que substituísse o antigo projeto de lei autorizativo, que a Casa, na nossa ausência, entendeu de eliminar, dando força à indicação, que é uma sugestão. Eu acho que a decisão de encaminhar diretamente às comissões para análise das indicações é correta. Evidentemente que eu julgava que todas passariam, pelo menos, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de mais uma comissão temática. Não vão para parecer na CCJ. E a explicação que me deram é razoável, pois se trata de uma indicação, que não é nem uma posição, então, não há como discutir legalidade da indicação. A sugestão é uma disposição do integrante da Casa, Ver. Dr. Goulart, de provocar uma tomada de posição política do Governo a respeito de determinado assunto. Neste assunto, particularmente, eu quero dizer que não me sinto comprometido à minha atuação como protagonista de um processo semelhante, pois não estou mais falando em paternidade, já que hoje eu sou avô, com muita competência. Então eu quero dizer que a sugestão do Ver. Sgarbossa deveria ter merecido um estudo aprofundado de uma comissão temática, num debate mais simples, Ver. Sgarbossa - vendo o que ocorre aqui no plenário, discussão ampla, grandes debates, pouca possibilidade de entendimentos -, e isso não foi possível. Eu quero dizer, Ver. Sgarbossa, em homenagem a V. Exa., que pensa que eu nunca apoio as suas proposições, que V. Exa. se equivoca: eu vou apoiar que esta sugestão seja encaminhada ao Prefeito Municipal, que, junto a sua assessoria, discutirá da conveniência da adoção da proposta e da limitação da sua aplicação. Parece-me que dá a entender que durante todo o tempo em que a gestante não estivesse em licença, acumularia também a licença do outro protagonista, aí, sabidamente, seria um exagero, no meu entendimento. Mas os primeiros momentos, que são fundamentais - estão aqui o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Dr. Goulart, meus assessores médicos me confirmando a correção dessa afirmação -, parece-me altamente conveniente. Eu, se fosse o Prefeito e recebesse uma sugestão dessa ordem, procuraria ajustá-la à realidade, às conveniências e diria que pelo menos naquela primeira semana em que as coisas são um tanto quanto complicadas - ainda que a minha lembrança seja um pouco antiga desse assunto, mas eu me lembro bem, agora, vendo o meu genro e a minha filha terem há quatro anos enfrentado essa

situação -, e à conveniência e à circunstância de que não é comum que sejam o pai e mãe servidores do Município, e nisso ocorre que se dê... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...se dê a eles, Presidente, um tratamento especial. Era isso. Obrigado. Ver. Sgarbossa, meu voto é favorável à sua proposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago, a Indicação nº 034/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 18 Vereadores presentes. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 003/17.

Apregoo o Memorando nº 012/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa nas reuniões com o Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – Abel, ocasião em que será tratado o aperfeiçoamento das atividades legislativas, nos dias 04 e 05 de julho de 2017, no Senado Federal, em Brasília/DF.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h09min.)